

TEMPORALIDADES DIFERENTES NO RIO DE JANEIRO DO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Mauricio A. Abreu*

A categoria "lugar" vem retomando uma posição de destaque na agenda geográfica. Isto não significa, entretanto, uma volta à antiga concepção idiográfica. O lugar é hoje pensado como o ponto de interseção de processos sociais que agem em diferentes escalas geográficas, o que complexifica e enriquece a sua análise.

O presente trabalho caminha nessa direção. Analisa entretanto um momento especial do passado, quando se justapuseram - num mesmo lugar e simultaneamente - tempos que eram estruturalmente distintos, e que imprimiram, cada qual à sua maneira, uma marca importante na paisagem. Especificando melhor: O lugar é a cidade do Rio de Janeiro. O momento estudado é o período 1808-1821, época em que a Família Real Portuguesa, tendo fugido da invasão francesa da Península Ibérica, estabeleceu a sua Corte na capital da colônia americana, uma cidade até então quase fechada ao mundo exterior, sujeita que ainda estava aos rigores do antigo sistema colonial (Novaes, 1989).

Foram 13 anos de intensas transformações (Luccock, 1975). Em termos políticos, o Brasil viu o seu estatuto de colônia transformar-se rapidamente, sendo elevado à categoria de Reino em 1815, passo importante para a obtenção da independência política, que viria na década seguinte. Em termos econômicos, é o período em que a cultura do café começa a sua grande expansão, em que o comércio se desenvolve a passos largos. Um período que afeta também a arquitetura e o urbanismo, as artes, as crenças e os costumes de modo geral.

É no Rio de Janeiro que essas transformações se fizeram sentir com maior intensidade. A cidade cresceu bastante, a economia urbana se expandiu e se diversificou, os valores culturais se modificaram, o cotidiano urbano foi, enfim, profundamente alterado. Não se tratou, entretanto, de um período de mera substituição de estruturas e de valores antigos por outros novos, impostos de fora. Sua dinâmica só pode ser explicada pela noção de "campo de forças". Trata-se de um momento em que a cidade passa a viver temporalidades bastante diferentes, que se chocam entre si. É a partir do embate dessas temporalidades que o lugar evolui, que diversas estruturas sociais do período colonial são substituídas, que outras são apenas transformadas, e que ainda outras mantêm-se inalteradas ou são mesmo reforçadas.

Que temporalidades são essas?

1) Um *tempo colonial*, que caracterizava o Brasil até a chegada repentina da corte portuguesa, e que se sustentava no exclusivo metropolitano e na escravidão. Um tempo muito particular, que alguns alçam, inclusive, à categoria de modo de produção (Gorender, 1978; Cardoso, 1980). Saindo às pressas de Lisboa em 29 de novembro de

* Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

1807, e sem prévio aviso às autoridades coloniais, é em direção a essas terras tropicais, e a esse tempo, que se transfere a Corte Portuguesa.

2) Um *tempo pré-capitalista português*, que caracterizava uma sociedade crescentemente anacrônica em termos europeus, na qual a ordem social estava ainda baseada no absolutismo monárquico e na propriedade da terra. Uma sociedade dependente economicamente da Inglaterra, que tinha no comércio colonial a sua principal fonte de recursos, e onde a nobreza caracterizava-se pela ostentação perdulária e pela busca constante de privilégios, de empregos públicos e de mercês (Godinho, 1977). É essa nobreza que, com todas as suas prerrogativas, precedências, consumos e demandas, transfere-se para o Brasil acompanhando a Família Real. Seguem-lhe os passos um enxame de aventureiros, de deserdados e de necessitados, que queriam ficar próximos do poder, e para os quais foi necessário criar um sem-número de empregos e funções nos diferentes ramos da administração pública (Silva, 1975).

3) Um *tempo capitalista*, que vinha se irradiando a partir da Grã-Bretanha já há algum tempo. Um tempo relativamente recente, expressão de um modo de produção novo que, para se expandir, precisava garantir para si as fontes de matérias primas e abrir novos mercados. A "abertura dos portos às nações amigas", primeira decisão tomada pelo Príncipe Regente D. João ao chegar à Bahia, aboliu os entraves que ainda se antepunham à penetração direta dos interesses britânicos na colônia, que se abriu então definitivamente a esse novo tempo.

O LUGAR

No dia 14 de janeiro de 1808 chegou à Baía de Guanabara um navio com uma notícia assombrosa: a Família Real Portuguesa estava a caminho do Rio de Janeiro, seguida de grande séquito. Todos haviam deixado Lisboa, com proteção inglesa, fugindo das tropas napoleônicas. Pretendiam permanecer nos trópicos até que se fizesse a paz geral na Europa.

Foi só a 7 de março que chegaram ao Rio, que se preparou como pôde para receber tão ilustre comitiva. Nos dois meses anteriores a cidade tinha sido palco de grande movimentação, com o Vice-Rei comandando a difícil tarefa de transformar um pequeno burgo comercial e militar em sede da Coroa Portuguesa. Capital da colônia desde 1763, o Rio de Janeiro tinha então cerca de 50.000 habitantes. Destituído de meios apropriados para acolher tantos hóspedes, foi necessário improvisar. O pequeno Palácio dos Vice-Reis e o Convento dos Carmelitas foram transformados em residência real. Para acomodar a nobreza e a criadagem, foram requisitados outros conventos, repartições públicas, hospitais, sacristias de igrejas, e até mesmo a cadeia. Os proprietários e inquilinos das melhores casas da cidade foram obrigados a cedê-las aos recém-chegados.

Avalia-se que mais de vinte mil pessoas chegaram ao Rio de Janeiro nos primeiros meses de 1808. E não se tratava de uma população qualquer. Dela fazia parte o topo da hierarquia social portuguesa, que teve que se sujeitar a viver durante algum tempo em condições extremamente precárias. Entretanto, o mero fato da sua presença no Rio,

elevado agora à categoria de Corte, logo colocou a cidade num caminho novo e irreversível. Foram anos em que a população e o espaço urbano se expandiram, as atividades comerciais e industriais se multiplicaram, o sistema bancário e o ensino superior se estabeleceram, a imprensa surgiu, as artes prosperaram.

Não é possível discutir aqui o que significaram todas essas transformações para a história da cidade e do país. É importante notar, entretanto, que seu impacto se fez sentir sobre um espaço cheio de conteúdos anteriores, ditados pelo estatuto colonial, que não desapareceram como que por encanto com a chegada da Corte. Ao contrário, passaram a interagir com o novo, adaptando-se a êle, sendo transformados por êle, ou mesmo impondo-se a êle.

Desse choque de forças resultou que a cidade passou a vivenciar, em todos os planos da vida quotidiana, temporalidades que eram bastante diferentes, e que se fizeram sentir por um período bem mais dilatado do que aquele que está sendo estudado aqui. É impossível analisar todos esses choques de temporalidades. Alguns podem, entretanto, ser brevemente discutidos.

O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS TEMPORALIDADES

O período aqui estudado é uma época de simultaneidade de tempos. Mas ele é mais do que isso. É também um período ímpar para que se analise a reversão das hegemonias temporais de um lugar, isto é, o momento em que tempos até então hegemônicos passam a entrar em choque aberto com um tempo novo, em busca de hegemonização (Santos, 1994). Trata-se de um período em que as normas até então vigentes se revertem ou começam a se transformar, gerando tensões diversas.

Nessa época se opõem, por exemplo, colônia e metrópole, absolutismo monárquico e ideário liberal, revolução industrial e escravidão. Só que a colônia agora é a metrópole, o liberalismo inglês é que sustenta o Antigo Regime português, e a economia de mercado firma os seus pés sem dispensar a mão-de-obra escrava. Temporalidades diferentes, que parecem se espacializar às avessas no Brasil, mas que têm a sua própria lógica. E é no Rio de Janeiro que essas temporalidades e essas lógicas se apresentam de forma mais nítida, imprimindo suas marcas na paisagem da cidade.

A rua parece constituir-se em verdadeiro microcosmo da sociedade dessa época, pois aí são claramente visualizados todos esses tempos. É na rua que a sociedade de ordens do Antigo Regime se apresenta com toda a sua ostentação e formalidade. É aí que a escravidão urbana expõe todas as suas faces e contradições. É através do intenso movimento que produz no espaço público, que o mundo das mercadorias industriais vai se impondo no Brasil. Alguns exemplos são ilustrativos.

Todos os estrangeiros que descreveram o Rio de Janeiro colonial são unânimes em associar as suas ruas com o mundo da escravidão. Muitos achavam que haviam desembarcado em plena África, tamanha era a quantidade de negros que circulavam nas ruas, todos eles exercendo atividades braçais, consideradas pelos portugueses, desde o início da colonização, como tarefas indignas e desonrosas. Se essa postura afrontava a

ética de trabalho de muitos estrangeiros, havia entretanto que respeitá-la, pois o mundo das ruas tinha também as suas leis.

Os escravos que trabalhavam na rua eram, em sua maioria, "escravos de ganho". Tinham a obrigação de "ganhar" aí, diariamente, uma certa quantia para seus senhores, o que conseguiam exercendo as mais diversas atividades (Algranti, 1988). Como nada impedia que um escravo auferisse nas ruas uma quantia superior àquela que lhe era demandada, era com esse ganho adicional que o cativo constituía um pecúlio destinado à sua alforria. A rua então oferecia, também, a perspectiva da liberdade, e isso explica porque a concorrência era aí tão acirrada, não poupando nem mesmo aqueles europeus que viviam outros tempos, mas que só tinham a força bruta para vender. Conforme informou o francês Gendrin, que viu muitos dos seus conterrâneos se arruinares no Rio de Janeiro, "o estrangeiro no Brasil precisava ser um bom artesão, porque aquelas tarefas que estariam ao alcance de qualquer um eram próprias apenas para negros" (Silva, 1975: 138).

Ser um bom artesão, entretanto, não garantia uma sobrevivência digna, e isso aprenderam outros trabalhadores livres e qualificados, pertencentes às corporações de ofício da cidade, que sofreram a concorrência, não da escravidão, mas do trabalho assalariado estrangeiro. Ainda que já se revelassem anacrônicos em termos europeus, a verdade é que os "ofícios mecânicos" tiveram um desenvolvimento bastante grande nessa época, dando grande movimento às ruas. Com o fim da proibição às atividades manufatureiras na colônia, inúmeras fabriquetas instalaram-se na cidade, muitas das quais com apoio do Estado.

A proteção britânica à dinastia de Bragança tinha, entretanto, o seu preço. Já em setembro de 1808 estavam estabelecidas no Rio mais de 100 firmas inglesas (Pantaleão, 1970). A presença inglesa só viria a crescer com o tempo, levando à bancarrota inúmeras atividades artesanais e manufatureiras da cidade, incapazes agora de concorrer com os produtos industriais britânicos que inundavam o mercado carioca.

A rua era também o grande palco de representação da sociedade de ordens portuguesa. Sucediã-se aí os cortejos, as procissões, os desfiles, todos eles rigidamente organizados para que as realezas, as hierarquias, as precedências e os privilégios do Antigo Regime fossem claramente identificados pela assistência. Bastante vigiadas, essas cerimônias permitiam, entretanto, que os controles quotidianos da cidade fossem relaxados, não sendo incomum que acabassem se carnavalizando, num exemplo típico de "totalização de uma experiência de conjunto e não-conflitiva do sistema, quando todas as suas partes estão presentes, mas em equilíbrio, algo impossível quando se trata de fazê-lo por meio dos instrumentos apresentados no mundo cotidiano da economia e da política" (Da Matta, 1987: 116).

Dias de descanso, de veneração e/ou de divertimento, os inúmeros feriados eram, entretanto, dias de desespero para os comerciantes ingleses que, já acostumados com o tempo disciplinado e universalizado do capitalismo (Thompson, 1967), eram forçados a fechar suas portas, às vezes por vários dias seguidos, e a sofrer prejuízos em seus negócios.

CONCLUSÃO

Como bem afirmaram Lepetit e Pumain (1993: vi-vii), uma das características dos momentos de mutação é a perda da concordância dos tempos. As discordâncias temporais entre esferas diferentes da atividade humana, ou entre diferentes espaços em relação, tendem também a causar efeitos cumulativos, que modificam os processos de desenvolvimento de um sistema, encaminhando-o para outras direções.

A experiência histórica brasileira sustenta essas afirmações. As transformações ocorridas no período em estudo levaram inevitavelmente à independência do Brasil, conseguida em 1822. A emancipação política do país não deu por encerrada, entretanto, a discordância de tempos aqui analisada. Embora algumas estruturas sociais do Antigo Regime tenham desaparecido rapidamente, outras se mantiveram intactas, ou reapareceram sob nova roupagem. A escravidão foi, de longe, a herança mais duradoura e mais maldita dos tempos passados. Abolida finalmente em 1888, ela insiste até hoje em mostrar quão grande ainda é o seu peso na estrutura social do país.

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila (1988). *O feitor ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes.

CARDOSO, Ciro (1980). As concepções acerca do Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial; a preocupação excessiva com a extração do excedente. In LAPA, José R. do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 109-132.

DA MATTA, Roberto (1987). *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1977). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Arcádia.

GORENDER, Jacob (1978). *O escravismo colonial*. São Paulo: Atica.

LEPETIT, Bernard e PUMAIN, Denise (1993). *Temporalités urbaines*. Paris: Anthropos.

LUCCOCK, John (1975). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

NOVAES, Fernando (1989). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec.

PANTALEÃO, Olga (1970). A presença inglesa. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, t. II, V. 1.

SANTOS, Milton (1994). *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1975). *Análise de estratificação social (O Rio de Janeiro de 1808 a 1821)*. São Paulo: USP, FFLCH, Boletim Nº 7 (Nova Série).

THOMPSON, E. P. (1967). Times, work-discipline and industrial capitalism. *Past & Present*, nº 38.